



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/07/2016

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	2 - 5
2.2. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	6
3. JORNAL EXTRA	
3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	7
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. AÇÕES TJMA.....	8
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	9
5.2. CEMULHER.....	10
5.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	11 - 16
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. COMARCAS.....	17
6.2. DECISÕES.....	18 - 19
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	20
7.2. COMARCAS.....	21 - 22
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	23
8.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	24
8.3. DECISÕES.....	25
8.4. EVENTOS.....	26 - 27
8.5. PLANTÃO NO TJMA.....	28
8.6. PRESIDÊNCIA.....	29 - 31
8.7. PUBLICIDADE LEGAL.....	32 - 34

Reclamação contra o presidente do TJMA é arquivada no CNJ

Com o objetivo de esclarecer e trazer à tona a verdade dos fatos, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) informa que foi determinado, por decisão da corregedora-geral da Justiça, ministra Nancy Andrighi, o arquivamento da Reclamação Disciplinar nº 0002559-95.2016.2.00.0000, protocolada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por Benedita Neves Santos contra o presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, alegando suposto tráfico de influência, envolvendo ainda o governador do Maranhão, Flávio Dino, e o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Humberto Coutinho.

A decisão, baseada no art. 8º, inciso I do Regimento Interno do CNJ, inicialmente, determina o arquivamento sumário da denúncia por considerá-la anônima. Isso porque, apesar de constar a identificação da requerente nos autos, ficou constatada através de informações técnicas da Superintendência de Polícia Técnico-científica do Estado do Maranhão a inexistência do cadastro para o RG informado da inicial, ressaltando ainda que “todos os indícios evidenciam tratar-se de comentários falsos”.

Também foram acostados dos autos certidão da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR)

dizendo que o “documento juntado pela reclamante a fim de comprovar seu endereço também não espelha a realidade”. E para justificar ainda mais a sua decisão de arquivamento sumário por denúncia anônima, a ministra cita a certidão expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), informando que Benedita Neves Santos (reclamante na inicial), filha de Eugênia Neves Santos, nascida em 08/04/1947, não está incluída no Cadastro Nacional de Eleitores.

SEM PROVAS

Para a ministra Nancy Andrighi, ainda que a reclamante existisse de fato e a denúncia não fosse baseada em documentos inexistentes e não sendo mais considerada anônima, o exame da denúncia revela que não constam “elementos indiciários [provas] mínimos capazes de servir de suporte às alegações constantes da inicial”, impedindo a continuidade do trâmite do procedimento na Corregedoria Nacional de Justiça.

Por fim, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, reforça o seu compromisso com a transparência, verdade e correção tanto em sua vida pessoal, quanto em sua trajetória profissional, atualmente, como chefe do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Alunos da rede municipal terão reposição de aulas nas férias

Semed aguarda dos professores a apresentação do plano de reposição das aulas perdidas durante os quase 40 dias de greve da categoria; estudantes já começaram ano letivo de 2016 com atraso

O mês de julho é de férias escolares, mas para milhares de alunos da rede municipal de ensino ele será de estudos, já que os professores ficaram quase 40 dias em greve, reivindicando reajuste salarial. No sábado, em assembleia geral, a categoria decidiu retomar as atividades. Agora, segundo a Secretaria Municipal de Educação (Semed), eles terão de apresentar um plano de reposição das aulas perdidas.

Os professores da rede municipal de ensino iniciaram greve no dia 25 de maio. Entre as pautas do movimento estava o reajuste salarial da categoria. Enquanto os docentes reivindicavam 11,36% de reajuste nos vencimentos, a Prefeitura oferecia 10,6%, que seriam repassados de forma parcelada. A justificativa do Município para o pagamento escalonado seria "dificuldade financeira", conforme exposto em audiência de conciliação mediada pelo Poder Judiciário e realizada na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, no dia 2 de junho.

De volta

No sábado, em assembleia geral realizada na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Maranhão (Fetiema), a maioria da categoria votou pelo fim da greve, aceitando a proposta do Município de reajuste de 10,67%, que será pago em duas parcelas. A primeira, de 5,5%, para junho, retroativo a janeiro, e a outra para novembro, de 4,9%, sem retroativo.

Entretanto, o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação) informou que a assessoria jurídica

entrou com ação no Tribunal de Justiça para declarar ilegal o parcelamento do valor de 10,67%, o que foi

85 mil estudantes na cidade ficaram sem aulas

negado em liminar. Agora, o sindicato aguarda a decisão em fase de instrução. O Sindeducação também irá cobrar judicialmente o retroativo sobre a segunda parcela do reajuste.

Desde o dia 25 de maio a maioria dos estudantes do Município ficou sem aulas. Apenas a educação infantil seguiu com 100% do corpo docente. Nas escolas da educação infantil, os alunos já estão de férias, mas os da educação básica terão de esperar um pouco mais. De acordo com informações do Sindeducação, 85 mil estudantes na cidade ficaram sem aulas por causa da greve dos docentes.

Plano

A Semed informou que os professores que se ausentaram de sala de aula terão de apresentar um plano de reposição de conteúdo para garantir aos estudantes o direito constitucional de terem 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho escolar. A Semed comunicou ainda que ampliou a carga horária para alguns professores, a fim de que, durante o período de férias,

Em 2015, diversas escolas paralisaram suas atividades

seja atendida a demanda dos estudantes que estão com o calendário escolar atrasado. A secretaria frisou também que o reajuste concedido à categoria é o maior dado entre as capitais neste momento de crise econômica e que a folha de pagamento tem sido honrada sem atraso.

Entretanto, os alunos da rede pública municipal de São Luís já começaram o ano letivo de 2016 com atrasos. Em 2015, diversas escolas paralisaram suas atividades por falta de estrutura ou por causa da insegurança. Em razão da insegurança, estudantes das Unidades de Educação Básica (UEB) Santa Clara, na Santa Clara; Estudante Edson Luiz de Lima, na Gancharia, e Professor João de Sousa Guimarães, na Divineia, chegaram a ficar sem aulas. Outra escola que também teve as aulas suspensas por causa da violência foi a UEB Ana Lúcia Chaves Fecury, no São Bernardo.

Problema que atrasou o ano letivo nas unidades. Em reunião realizada dia 22 de dezembro de 2015 entre a direção do Sindeducação e o então secretário Municipal de Educação, Geraldo Castro, apresentou o calendário escolar 2016, requerendo a anuência da entidade. Ainda em novembro de 2015, a Semed informou que o ano letivo de 2015 tinha previsão de encerramento para o período de janeiro a abril de 2016, variando de acordo com a situação de cada escola da rede municipal, levando em conta o calendário letivo adaptado por conta do período de paralisação dos professores em 2014, que durou mais de 100 dias e atrasou o fim do ano letivo 2014 e início do ano letivo 2015. ●



Aulas devem ser repostas durante o período que deveria ser de férias escolares

Seminário de Sustentabilidade

Tem início amanhã, às 9h, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), na Areinha, o "I Seminário de Sustentabilidade e Redução de Custos na Gestão Pública", cuja inscrições podem ser feitas no site do Tribunal de Justiça do Maranhão, no link para as inscrições. A iniciativa é do Grupo Eco Liga da Justiça.

Corregedoria anuncia nova data para Casamento Comunitário de São Luís

A Corregedoria Geral da Justiça alterou a data do Casamento Comunitário para o dia 12 de novembro. A mudança do dia da realização do evento - anteriormente marcado para 24 de setembro - se deu em função do período eleitoral, quando unidades judiciais e juízes de todo o Estado se mobilizam em função das eleições.

A solenidade, que acontece no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, no Bacanga, tem início marcado para as 15h e promete reunir 1.100 casais inscritos para cerimônia, além de convidados e de juízes da capital e de comarcas do interior que irão ajudar na celebração.

De modo a viabilizar todas as providências que antecedem a cerimônia, a Coordenadoria das Serventias Judiciais solicita dos noivos que cheguem ao local com pelo

menos uma hora de antecedência e munidos de documento de identificação com foto. Não é necessário levar testemunhas, informa a Coordenadoria.

Parceira da CGJ na iniciativa, a UFMA disponibiliza, além do local da celebração, cerca de quatro mil cadeiras para acomodar nubentes e convidados.

ATOS GRATUITOS - Inaugurado em 1999 pela Corregedoria Geral da Justiça, o Projeto Casamento Comunitário já oficializou a união de milhares de casais em todo o Estado. Todos os atos relativos ao casamento são gratuitos.

No último evento do tipo promovido em parceria com a UFMA, no dia 23 de outubro de 2015, 1.431 casais participaram da cerimônia.

Mais informações sobre o evento podem ser obtidas no Telejudiciário: 0800-707-1581.

Coleta seletiva

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deflagrou o processo de implantação da coleta seletiva solidária no âmbito do Judiciário e fez a primeira entrega de resíduos recicláveis, destinando 50 Kg de garrafas pet à Cooperativa de Reciclagem de São Luís, parceira da instituição no desenvolvimento do projeto, conforme o Termo de Cooperação nº09/2016, celebrado entre os dois órgãos.



SOLENIIDADE

Casamento comunitário ocorrerá em novembro

A Corregedoria Geral da Justiça alterou a data do Casamento Comunitário para o dia 12 de novembro. A mudança do dia da realização do evento - anteriormente marcado para 24 de setembro - se deu em função do período eleitoral, quando unidades judiciais e juízes de todo o estado se mobilizam em função das eleições.

A solenidade, que acontece no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, no Bacanga, tem início marcado para as 15h e promete reunir 1.100 casais inscritos para cerimônia, além de convidados e de juízes da capital e de comarcas do interior que irão ajudar na celebração.

De modo a viabilizar todas as providências que antecedem a cerimônia, a Coordenadoria das Serventias Judiciais solicita dos noivos que cheguem ao local com pelo menos uma hora de antecedência e munidos de documento de identificação com foto. Não é necessário levar

testemunhas, informa a Coordenadoria. Parceira da CGJ na iniciativa, a UFMA disponibiliza, além do local da celebração, cerca de quatro mil cadeiras para acomodar nubentes e convidados.

ATOS GRATUITOS

Inaugurado em 1999 pela Corregedoria Geral da Justiça, o Projeto Casamento Comunitário já oficializou a união de milhares de casais em todo o estado. Todos os atos relativos ao casamento são gratuitos. No último evento do tipo promovido em parceria com a UFMA, no dia 23 de outubro de 2015, 1.431 casais participaram da cerimônia. Mais informações sobre o evento podem ser obtidas no Telejudiciário: 0800-707-1581.

I Semana Estadual da Mulher

A desembargadora Ângela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER) visitou a Corregedoria Geral da Justiça na sexta-feira (1º), quando tratou com a corregedora, desembargadora Anildes Cruz, sobre a I Semana Estadual de Valorização da Mulher.



I Semana Estadual da Mulher

A semana acontecerá no período de 20 a 27 de julho, com seminários, palestras, exposição de arte, caminhada, distribuição de material educativo, atendimento ao público e atividades nos presídios e nas comarcas da região metropolitana de São Luís e do interior do Estado, com a participação da magistratura estadual. A semana será aberta no dia 20, às 9h, no fórum Des. Sarney Costa, no Jaracaty. Participaram da reunião as juízas auxiliares Sara Gama e Rosângela Prazeres; e as juízas de direito Gisele Rondon; Mirela Freitas e Vanessa Ferreira Lopes (foto).

Transparência na Assembleia Legislativa 471 servidores ganham mais de R\$ 10 mil. Veja lista

Após decisão da Justiça, Assembleia Legislativa divulgou a lista completa dos salários de servidores e deputados. Vencimentos dos funcionários chegam a R\$ 28mil, e parlamentares variam entre R\$ 25 mil e R\$ 38 mil. POLÍTICA



Confira os salários dos deputados e a relação completa dos servidores.
www.oimparcial.com.br

Alema divulga lista de salários de servidores

Atendendo à determinação da Vara de Interesses Difusos e Coletivos em busca da transparência, órgão publicou relação em seu site oficial na manhã de ontem

Desde ontem, a Assembleia Legislativa do Maranhão disponibilizou a lista de deputados e servidores com os seus respectivos salários. A medida atendeu à determinação do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, anunciada no último dia 1º de junho. A decisão do juiz,

por sua vez, atendeu à ação do Ministério Público que foi motivada por denúncias (na imprensa) da existência de “funcionários fantasmas” na Casa Parlamentar, e de que o portal da transparência do órgão estava com seus dados desatualizados e com informações incompletas sobre contratos e licitações, além da ausência de

informações quanto à execução orçamentária e financeira.

De acordo com a lista, os salários dos parlamentares variam entre R\$ 25 mil e R\$ 38 mil, enquanto entre os servidores o maior rendimento chega a R\$ 28 mil. Dentre os mais de 2 mil servidores, 471 têm vencimentos maiores que R\$ 10 mil.

Veja a lista completa dos funcionários



www.oimparcial.com.br

Salário dos Deputados

Humberto Ivar Araujo Coutinho	38.640,90	Edson Cunha de Araujo	28.512,00	Marco Aurelio da Silva Azevedo	28.512,00
Edilazio Gomes da Silva Junior	34.589,34	Eduardo Salim Braide	28.512,00	Marcus Vinicius de Oliveira Pereira	28.512,00
Jose Carlos Nobre Monteiro	34.589,34	Fabio Henrique Dias de Macedo	28.512,00	Nina Ceres Couto de Melo	28.512,00
Cesar Henrique Santos Pires	33.576,45	Fabio Henrique Ramos Braga	28.512,00	Paulo Roberto Almeida Neto	28.512,00
Francisca Ferreira	33.576,45	Francisco de Sousa Dias Neto	28.512,00	Rafael de Brito Sousa	28.512,00
Glabert Nascimento Cutrim	33.576,45	Hemeterio Weba Filho	28.512,00	Raimundo Soares Cutrim	28.512,00
Maria da Graca Fonseca Paz	33.576,45	Jesuino Cordeiro Mendes Junior	28.512,00	Ricardo Tadeu Ribeiro Pearce	28.512,00
Othelino Nova Alves Neto	33.576,45	Jose Adriano Cordeiro Sarney	28.512,00	Rigo Alberto Teles de Sousa	28.512,00
Valeria Maria Santos Macedo	33.576,45	Jose Inacio Sodre Rodrigues	28.512,00	Roberto Campos Filho	28.512,00
Alexandre Vicente de Paula Almeida	28.512,00	Jose Max Pereira Barros	28.512,00	Rogério Rodrigues Lima	28.512,00
Ana de Nazare Pereira Silva Macedo Mendonca	28.512,00	Jose Roberto Costa Santos	28.512,00	Stenio dos Santos Resende	28.512,00
Andrea Trovao Murad Barros	28.512,00	Josimar Cunha Rodrigues	28.512,00	Jose Arimateia Lima Neto Evangelista	25.322,25
Antonio Pereira Filho	28.512,00	Leoarren Tulio de Sousa Cunha	28.512,00	Sergio Barbosa Frota	25.322,25
Carlos Wellington de Castro Bezerra	28.512,00	Levi Pontes de Aguiar	28.512,00	Ubirajara do Pindare Almeida Sousa	25.322,25
Edivaldo de Holanda Braga	28.512,00				

Servidores que ganham acima de R\$ 10 mil

Aristides Lobao Neto	28.205,30	Diogo Gurgel B Do Monte	16.146,91	Leila Assuncao Da Silva	16.146,91	Serafina Silva De Melo	16.146,91
Jose Carlos Ewerton Martins	20.825,03	Domingos Ramos Aranha Neto	16.146,91	Leonardo G O M De Sousa	16.146,91	Sergio Sena De Carvalho	16.146,91
Antonio Carlos De Castro Marao	20.594,47	Domingos Santos C Branco Serra	16.146,91	Leonardo Damaceno Cast	16.146,91	Severino Barbosa De S Filho	16.146,91
Flavio Olimpio Neves Silva	20.196,36	Dorviley Cosmo De Andrade	16.146,91	Leticia Araujo Lima	16.146,91	Silvanice Da Silva Santos	16.146,91
Braulio Nunes De Souza Martins	19.485,76	Edgard Ferreira De Aguiar	16.146,91	Lilamar Fernandes C De Abreu	16.146,91	Silvia Cristina A Oliveira	16.146,91
Abimael Linkon Silva Cutrim	18.597,10	Edilson Dos S N Pereira	16.146,91	Linaldo Albino Da Silva	16.146,91	Silvio Arley Brito Fonseca	16.146,91
Ana Maria Santos Grangeiro	18.597,10	Edinaldo Medeiros Pereira	16.146,91	Linieth Pereira Alves	16.146,91	Simao Cirineu Cutrim Neto	16.146,91
Antonio Azevedo Neto	18.597,10	Ednaldo Ferreira Martins	16.146,91	Lisandra Silva Santos	16.146,91	Simone Da Silva Oliveira	16.146,91
Carlos Alberto F Da Silva	18.597,10	Edson Ribeiro Milhomem	16.146,91	Lorraine Ruy De Albuquerque	16.146,91	Sonia Maria Silva Lima	16.146,91
Carlos Alberto M De Sousa	18.597,10	Elenilde Linhares Abreu	16.146,91	Louiziane Gabrielle S Soeiro	16.146,91	Soraya Lopes Rabelo De Melo	16.146,91
Eduardo Pinheiro Ribeiro	18.597,10	Elíne Pires De Araujo	16.146,91	Lucas Emanuel Costa Cunha	16.146,91	Soraya Sarai Santos Silva	16.146,91
Josefa Equiteria G M De Farias	18.597,10	Elíne Sereno Loida	16.146,91	Luceli Fernandes Murad	16.146,91	Stevam Gregory R Pollon	16.146,91
Luiz Felipe Rabelo Ribeiro	18.597,10	Elisangela De Jesus P Da Silva	16.146,91	Lucelia Maria Martins Hiluy	16.146,91	Suellen Silva Figueredo	16.146,91
Rubens Pereira E Silva	18.597,10	Elizabeth Ferreira Chaves	16.146,91	Lucicleide Do N Lima	16.146,91	Suharto Cruz Torres	16.146,91
Silvana Leal Silva	18.597,10	Elizabeth Serra Fernandes	16.146,91	Lucileia Gomes Da S Cavalcante	16.146,91	Tania Da Silva Costa	16.146,91
Vinicius Leitao Machado	18.597,10	Elizangela Gomes De Sousa	16.146,91	Lucimar Sousa	16.146,91	Tania Maria Serra Kzan	16.146,91
Fernanda De Castro C Guimaraes	18.560,69	Elma De Fatima N Roxo	16.146,91	Lucyane Meneses Soares	16.146,91	Tarcisio Almeida Araujo	16.146,91
Ana Elvira Barros F L Boueres	18.373,65	Elmir Matos Pontes	16.146,91	Luis Augusto Rabelo Junior	16.146,91	Tatiana Aguiar D Ferreira	16.146,91
Maneton Antunes De Macedo	18.362,19	Elza De Fatima Martins Teixeira	16.146,91	Luis Carlos Silva Rios	16.146,91	Thaisa Pamara S Jansen	16.146,91
Carlos Seabra De C Coelho	18.188,94	Emilio Cesar Da Silva Faray	16.146,91	Luis Fernando De C Braga	16.146,91	Thalita Carvalho Cipriano	16.146,91
Jean Rodrigues Alves Costa	17.504,69	Ermildo Alves Barbosa	16.146,91	Luis Gustavo Soares A De Sousa	16.146,91	Thassio Bogue Rolim	16.146,91
Luzenice Macedo Martins	17.424,80	Ernelto Dionizio O Santos	16.146,91	Luis Michael De M Oliveira	16.146,91	Thiago Gaspar Pontes	16.146,91
Suzamira Ramos Moura Santos	17.224,80	Estefania Maria Laranjeira	16.146,91	Manaces Lindoso C Sobrinho	16.146,91	Thiago Matos Luna Dos Santos	16.146,91
Carlos Eduardo De O Lula	17.024,80	Estephanno Sancler G Pereira	16.146,91	Manoela Spotti G Fonseca	16.146,91	Tiago Andrade De Souto	16.146,91
Ronald Franklin Da S Carneiro	16.874,80	Eudilene Pereira Matos	16.146,91	Manuel Pereira Lima	16.146,91	Tiago Moreira Pereira	16.146,91
Socorro De Maria M Bonfim	16.850,91	Everaldo Nogueira Da Hora	16.146,91	Mara Brasil De Freitas	16.146,91	Valdelice Ferreira Da Silva	16.146,91
Ana Lucia Cardoso Martins	16.835,33	Eymard Ricardino Pereira Kzan	16.146,91	Marcell Domingos M L De Sousa	16.146,91	Valdirene Rodrigues Da Silva	16.146,91
Celia Regina Nogueira Costa	16.147,01	Fabiana De Sousa Guedelha	16.146,91	Marcelo Augusto Alvim Frazao	16.146,91	Valeria Aguiar De Sousa	16.146,91
Ada Lia Almeida Carneiro	16.146,91	Fabiano Zanella Duarte	16.146,91	Marcelo Balby De Queiroz	16.146,91	Vanda De Jesus Lopes Almeida	16.146,91
Adriana Pedroza De O Freitas	16.146,91	Fabio Henrique De Jesus Franca	16.146,91	Marcelo Eduardo Costa Everton	16.146,91	Vanessa Domingues Neves	16.146,91
Adryanna Saulnier B Moreira	16.146,91	Fabio Lucena De Oliveira	16.146,91	Marcelo Fonseca Ribeiro	16.146,91	Vasni Jaques Oliveira	16.146,91
Alcides Varejao De F Filho	16.146,91	Fabyana Sousa Assuncao	16.146,91	Marcelo Silva Kozak	16.146,91	Vera Alice Gomes Bonfim	16.146,91
Aldo Cesar Mendes	16.146,91	Fatima Marlene S Dos Santos	16.146,91	Marcio Bandeira R Brandao	16.146,91	Vera Lucia Dos Santos Nery	16.146,91
Alessandro Penha C Medeiros	16.146,91	Felipe Couto Trovao	16.146,91	Marcio Henrique S De Sousa	16.146,91	Victor Luiz Diniz Trancoso	16.146,91
Alexandre Araujo Dos Santos	16.146,91	Felize Maria Lima Rodrigues	16.146,91	Marcone Cesar M Sarges	16.146,91	Virginia Andrade C Aragao	16.146,91
Alexandre Cesar Buzar Machado	16.146,91	Fernando De Oliveira Costa	16.146,91	Marcos Vander Ramos Goncalves	16.146,91	Vitor Hugo A Silva Carpejani	16.146,91
Aline Cunha Lindoso	16.146,91	Firmina Neta Machado	16.146,91	Margareth Maria Machado Ribeir	16.146,91	Vitoria Martins	16.146,91

Aline Da Silva	16.146,91	Flavia Cristine De F Boueres	16.146,91	Margarida Maria Do N Souza	16.146,91	Wady Miguel Matni Bisneto	16.146,91
Alinete Martins Castro	16.146,91	Francinaldo De O Pereira	16.146,91	Maria Antonieta Torres Ribeiro	16.146,91	Waldenir Mendanha Cutrim	16.146,91
Alterado De Jesus N Ferreira	16.146,91	Francisca Adelina A De Melo	16.146,91	Maria Barbara Souza Soeiro	16.146,91	Wander Israel B Carvalho	16.146,91
Amarildo Pereira Fonseca	16.146,91	Francisca Da C P De Souza	16.146,91	Maria Caroline D G De Sousa	16.146,91	Wandison Fonseca Pinto	16.146,91
Amelia Ribeiro Milhomem	16.146,91	Francisca Evangelista De Andra	16.146,91	Maria Cecilia De A Lacerda	16.146,91	Wanielle Serrao Vale	16.146,91
Americines Pereira De Lima	16.146,91	Francisco B Dos Santos	16.146,91	Maria Celeste Gusmao Pinheiro	16.146,91	Wellington Renan S Da Silva	16.146,91
Americo Gadelha De L Junior	16.146,91	Francisco Das Chagas Luz Silva	16.146,91	Maria Da Conceicao R Pinto	16.146,91	Williana Azevedo Pison	16.146,91
Ana Carolina T Dos Santos	16.146,91	Francisco De Sales S Milanez	16.146,91	Maria De Fatima Lopes Martins	16.146,91	Wilson Cesar De L Wyse	16.146,91
Ana Claudia Sousa F Spinosa	16.146,91	Francisco Tarcisio R Junior	16.146,91	Maria Do Carmo Rodrigues	16.146,91	Wilson Marques De Oliveira	16.146,91
Ana Helena M Da Silva	16.146,91	Francisco Vasconcelos De M Jun	16.146,91	Maria Filomena Oliveira Alves	16.146,91	Zeina Georges Saad	16.146,91
Ana Kricia Fernandes Marinho	16.146,91	Gabriel Pires Galvao	16.146,91	Maria Leda Silveira Cavalcante	16.146,91	Luzitano Botelho Carmoes Filho	16.146,63
Ana Lucia Rocha De Sousa	16.146,91	Geciana Ribeiro Da Silva	16.146,91	Maria Luiza F Coutinho	16.146,91	Gustavo Adolfo Da C Bastos	15.768,99
Ana Lucy Queiroz	16.146,91	Gicelle Santos Pereira	16.146,91	Maria Neuma Miranda De Jesus	16.146,91	Luiz Carlos Elouf	15.692,30
Ana Paula Franco Frazao	16.146,91	Gilson Freitas Marques Junior	16.146,91	Maria Raquel F De Santana	16.146,91	Celia Maria Pereira De Sousa	15.210,56
Ana Rosa Cardoso Martins	16.146,91	Giuleane Dos Reis Martins	16.146,91	Maria Regina Hadad Bordalo	16.146,91	Valney De Freitas Pereira	15.210,56
Andersen Paiva Torres	16.146,91	Giselle Dias Mouzinho Garcia	16.146,91	Marielza Silva Cutrim	16.146,91	Ceres Rose E F Filgueira	14.368,48
Andre Belchior De S Lima	16.146,91	Glaucia Damiana Lopes Serra	16.146,91	Mario Holanda De Alencar	16.146,91	Terezinha De Jesus S Serra	14.368,48
Andre Luis Silva	16.146,91	Graca Maria C Rabelo	16.146,91	Marta Petronilia Mineiro	16.146,91	Maria Adalgisa Dias	14.109,71
Andrea Cristina Campelo Silva	16.146,91	Gregorio Rodrigues Caldas	16.146,91	Mary Jaimy Soares Da Silva	16.146,91	Telma Filomena T. R.Goncalves	13.678,68
Andrea Luzia Sousa De Araujo	16.146,91	Guilherme Botelho M Coelho	16.146,91	Mauricio Tadeu Dias Pereira	16.146,91	Darlinda De Jesus P Da Silva	13.567,19
Andrea Saraiva C Dos Reis	16.146,91	Guilherme Tadeu Santos Silveir	16.146,91	Mayra Chyara S C Azevedo	16.146,91	Alfredo Vieira De Carvalho	13.566,86
Angela Cristina A Ribeiro	16.146,91	Gustavo Da Silva Ferreira	16.146,91	Melissa De A M Peixoto	16.146,91	Ana Paula Moura	13.566,86
Angelo Francisco Freitas	16.146,91	Haide Mafei Portela	16.146,91	Miguel Maranhao Mussalem	16.146,91	Antonio Carlos Ribeiro De Lima	13.566,86
Antonia Campos	16.146,91	Hayanna De Sousa Ferreira	16.146,91	Mirta Cristina Silva Pontes	16.146,91	Edmee Maria Leite	13.566,86
Antonia Fabiana R Sousa	16.146,91	Helio Gomes Fiuzza	16.146,91	Nadja Nayra Araujo Montetes	16.146,91	Ellen Cecilia C Marques	13.566,86
Antonio Azevedo Filho	16.146,91	Helioenay Rodrigues De Sousa	16.146,91	Naldir De Jesus Vale Lopes	16.146,91	Leonardo Carneiro Vieira	13.566,86
Antonio Carlos L De Matos	16.146,91	Iara Andrade Da Silva	16.146,91	Natlia Marinho Do E Ferreira	16.146,91	Livia Tarquianne P Soares	13.566,86
Antonio Carlos S Pereira	16.146,91	Idalgo Figueiredo S De Almeida	16.146,91	Natalia Loliola Do Nascimento	16.146,91	Luciane Melo Araujo	13.566,86
Antonio Flavio B Chaves	16.146,91	Igor Jardim Prazeres	16.146,91	Neyla Roberta B M Pinheiro	16.146,91	Manoel De Jesus M Andrade	13.566,86
Antonio Joatan De Barros Filho	16.146,91	Ilma Campelo De F Ferreira	16.146,91	Nice Martins Da Silva	16.146,91	Thalissa Maria M R Lopes	13.566,86
Antonio Jose Travassos Barata	16.146,91	Inaldo Pinheiro	16.146,91	Nilma Nunes Rodrigues	16.146,91	Jose Anderson Abreu Rocha	13.549,69
Antonio Nonato De Assis	16.146,91	Inamar Araujo Medeiros	16.146,91	Olivia Raquel De Oliveira	16.146,91	Izaias Amaral	13.422,69
Antonio Wagner Gomes	16.146,91	Iolanda Alves Da Silva	16.146,91	Ornilo Sousa Melo	16.146,91	Iranaldo Oliveira Rodrigues	13.277,19
Arao Valdemar Mendes De Melo	16.146,91	Irany Rocha Gusmao	16.146,91	Osenilda Da Silva Sousa	16.146,91	Jose Reinaldo S Pacheco	13.277,19

Ariana Sousa Silva Araujo	16.146,91	Isabel Maria Gomes M De Mesqui	16.146,91	Pamela Bianca Macedo Viana	16.146,91	Lucimar Dantas Coimbra	13.277,19
Ariane Rafaela B De Sousa	16.146,91	Italo Henrique R Gomes	16.146,91	Patricia Silva Zaidan	16.146,91	Maria Jose Soares Borges	13.277,19
Artino Serra M M Neto	16.146,91	Ivaldo Aguiar Coqueiro	16.146,91	Paulo Henrique V Dos Santos	16.146,91	Natalia Castelo B Campos	13.277,19
Ashbel Simonton Sousa Muniz	16.146,91	Ivana Bruzaca Monroe	16.146,91	Paulo Jorge Saba Neto	16.146,91	Norma Suely M Da Fonseca	13.277,19
Aurelio Da Mata Silva	16.146,91	Ivania Gomes De Oliveira Lima	16.146,91	Paulo Jorge Silva Serra	16.146,91	Ricardo De Castro Silva	13.277,19
Auristela De Almeida Ribeiro	16.146,91	Ivo Medeiros P De Araujo	16.146,91	Paulo Sergio Alves Peixoto	16.146,91	Rosiane Chaves Fernandes	13.277,19
Barbara Andrea G Martins	16.146,91	Jacieni Ferraz Martins	16.146,91	Pedro Jose Viana De Araujo	16.146,91	Vinicius Pereira B Almeida	13.277,19
Barbara Camila R Dias	16.146,91	Jacques Douglas S Romao	16.146,91	Pedro Leandro L Marinho	16.146,91	Marcos Antonio De C Caldas	13.188,94
Bruna De Cassia C Mendes	16.146,91	Jadson Oliveira Damascen	16.146,91	Pedro Luiz Crescencio Leal	16.146,91	Purcina Costa Santos	13.010,05
Bruno Anderson L Costa	16.146,91	Jaira De Brito Abreu Varao	16.146,91	Pedro Paulo Campos Neto	16.146,91	Guilherme Jose Lima	12.999,69
Camila Pinheiro Borges	16.146,91	Jakson Jose M Santana	16.146,91	Phillip Costa Vale	16.146,91	Thiara Das Neves Pereira	12.999,69
Camilla De C Mendonca	16.146,91	Janaina Dos Santos Jansen	16.146,91	Plinio Rocha Oliveira	16.146,91	Catarina Delmira B Leal	12.888,52
Camilla Maria Martins Hiluy	16.146,91	Jaquelani Pires De S Carvalho	16.146,91	Prescilia De Aguiar Garcia	16.146,91	Roselee De Jesus R. Da Silva	12.872,69
Carla Lopes Da Silva Andrade	16.146,91	Jardene Godinho Brito	16.146,91	Rafael Bayma De Castro	16.146,91	Patricia Maruska C Da Silva	12.707,19
Carlos Alberto M Silva	16.146,91	Jeanne Almeida Dos Santos	16.146,91	Rafael Campos Facundes	16.146,91	Eteniram Moraes Furtado	12.665,15
Caroline Sereno Loiola	16.146,91	Jesse Tavares Da Silva	16.146,91	Rafael Raimundo M Goncalves	16.146,91	Genesio Bertrand Neto	12.665,15
Celso Henrique A De Almeida	16.146,91	Joao Carlos Do Rego Rodrigues	16.146,91	Raiane Gomes Pinheiro	16.146,91	Rosiane Ribeiro Fonseca	12.665,15
Charles Silva Baia	16.146,91	Joao Victor Salazar Soares	16.146,91	Raimunda Nonata Machado	16.146,91	Wagner Antonio S De Araujo	12.599,69
Cicero Hallysson C Oliveira	16.146,91	Jocertan Gusmao Pinheiro	16.146,91	Raimundo Avelar Sampaio Peixot	16.146,91	Themis Silva Freire	12.557,54
Cicilia Mirela D C Pinheiro	16.146,91	Joel Da Silva Santos	16.146,91	Raimundo Carlos De M Filho	16.146,91	Maria Do Rosario Rego Ribeiro	12.434,69
Claudia Maria Xavier S Miranda	16.146,91	Jorge Ferreira De Almeida	16.146,91	Raimundo De Jesus F Cutrim	16.146,91	Jorge Rachid Mubarak M Filho	12.327,19
Claudio Da Cruz Ponte	16.146,91	Jorge Luiz Cunha Cabral	16.146,91	Raimundo Fonseca Santos	16.146,91	Jose De Ribamar Souza	12.217,11
Claudio Fernando Paz Oliveira	16.146,91	Jorio Rodrigues Rocha	16.146,91	Raimundo Nonato De Araujo Costa	16.146,91	Maria Jose Martins Da Silva	12.217,11
Cleonice De Jesus B Campos	16.146,91	Jorm Luis Martins Carvalho	16.146,91	Raimundo Nonato Lima Caldas	16.146,91	Reginaldo De Jesus C A Junior	12.217,11
Cildene Dos Santos Robson	16.146,91	Jose Dos Santos Oliveira	16.146,91	Raimundo Nonato Penha Junior	16.146,91	Rosa Nira Viana Dos Santos	12.217,11
Clodomir Martins A Junior	16.146,91	Jose Eugenio Serra Rios Neto	16.146,91	Renata De Almeida Moura	16.146,91	Benedita Iranise L M De Castro	12.034,69
Conceicao De Maria Xavier Sousa	16.146,91	Jose Gilvan Espinosa Lima	16.146,91	Renato De Jesus Costa Leite	16.146,91	Maria Da Purificacao P Campos	11.832,42
Cristiana Silva Cerqueira	16.146,91	Jose Helias Sekeff Do Lago	16.146,91	Renato Furtado Zenni	16.146,91	Jane Mary Rocha De Farias	11.707,19
Cristiane Da Silva Costa	16.146,91	Jose Henrique A Silva Murad	16.146,91	Renilde Carla De Araujo Lobato	16.146,91	Marisa Vilma Rodrigues	11.616,15
Cristino Jose G N Filho	16.146,91	Jose Luiz Fernandes Gama	16.146,91	Rerisson De Souza Silva	16.146,91	Maria Mujaci Pereira Dos Reis	11.261,33
Cromwell Barbosa De C Junior	16.146,91	Jose Raimundo Nunes Santos	16.146,91	Ricardo De Carvalho Nunes	16.146,91	Loren Shellen Galvao Gomes	11.146,63
Cyana Teresa M S De Carvalho	16.146,91	Jose Ribamar Lima	16.146,91	Ricardo Silva Da Rocha	16.146,91	Iramari Lima Bosco	11.061,33
Cynara Costa Maranhao	16.146,91	Jose Ribamar Pereira Braga	16.146,91	Richard Cunha Andrade	16.146,91	Maria Da Paz Costa Coelho	11.061,33
Dacilene Marcia Furtado Silva	16.146,91	Jose Ribamar Pereira Filho	16.146,91	Rita Cleila Carvalho Santos	16.146,91	Maria Ione Viegas Da Silva	11.061,33
Daniel De Souza Costa	16.146,91	Jose Valmir Vilar	16.146,91	Rita De Cassia R Oliveira	16.146,91	Ana Maria Bacelar Ferreira	10.861,33
Danielle Silva Garces	16.146,91	Jose William De P Souza Junior	16.146,91	Robert Dos Santos	16.146,91	Maria De Fatima D. Guedelha	10.861,33
Darcy Milhomem Cutrim	16.146,91	Josean Ferreira Santos	16.146,91	Roberto Luis S Dos Santos	16.146,91	Regis Vera Cruz F Marques	10.861,33
Davy Rogers A Dos Santos	16.146,91	Josefa Lucia Guedes De Lima	16.146,91	Robson De Araujo Varao	16.146,91	Uziel De Jesus Azoubel	10.861,33
Dayna Mara Sanches Santos	16.146,91	Joselinne Silva De Andrade Sousa	16.146,91	Rodolfo Rodrigo Costa Neto	16.146,91	Cristina Maria A. R. Anconi	10.859,06
Deildson Simplicio Pereira	16.146,91	Josenita Rolim Facundes	16.146,91	Rosa Lucia Pinho Da Silva	16.146,91	Maria Do Socorro G Serra	10.859,06
Denilson Barbosa Da Silva	16.146,91	Josmael Gomes De C Junior	16.146,91	Rosa Maria Fernandes	16.146,91	Arnaldo Soares Serra	10.592,62
Denilson Santos Maia	16.146,91	Jozanias Da Mota Moraes	16.146,91	Rosilda Brito Neves	16.146,91	Telma Maria Torres Dos Santos	10.578,25
Denise Ribeiro G Duailibe Costa	16.146,91	Karoline H A Do Nascimento	16.146,91	Rosimary Lopes De Sena Silva	16.146,91	Elza Maria Maranhao Aires Lago	10.459,06
Deusdedit Fernandes Da Costa	16.146,91	Kayo Elmano C Da P Galvao	16.146,91	Rosimeire Brandao De S Mota	16.146,91	Gardenia Felix Caldas Mota	10.459,06
Diana Maria De Oliveira	16.146,91	Kellyane Matos Da Costa	16.146,91	Sandra Regina Santos Silva	16.146,91	Rozzano Marcio G Santiago	10.459,06
Dianne Costa Melo	16.146,91	Kenia Ferreira De Alencar	16.146,91	Sara Costa Santos	16.146,91	Marcia Martins T Albarelli	10.056,79
Diecson Paulo Ribeiro Vitoria	16.146,91	Laucira Lima E Sousa	16.146,91	Sebastiao Silva Barros	16.146,91		

Condenação

A juíza Selecina Locatelli, titular de Arame, proferiu uma sentença na qual condena Raimundo Nonato Lopes, ex-prefeito daquele Município, por ter nomeado servidores de forma irregular. Ele deverá pagar uma multa de 100 (cem) vezes o valor da remuneração recebida em 2004, quando era Prefeito do Município de Arame, acrescida de correção monetária, pelo INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, contados de hoje até a data do efetivo pagamento. Além dele, Georgina Silva Lima Ericeira, ex-secretária de Educação à época, também foi condenada à mesma pena. De acordo com o processo, no período de 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, os dois praticaram atos de improbidade administrativa, consistentes na nomeação de servidores nos certames de 1997 e 2001, em desacordo com ordem de aprovação/classificação, preterindo aprovados.

Justiça manda soltar acusado de homicídio



*Gustavo Magalhães
Gonçalves, acusado de
matar na sexta-feira
Bruno Caetano de Oli-
veira, de 29 anos P8c1*

Justiça manda soltar acusado de homicídio

Arquivo

Demorou pouco mais de 24 horas a prisão em flagrante de Gustavo Magalhães Gonçalves, de 28 anos, que na tarde da última sexta-feira, 1º de julho, assassinou com um golpe de canivete o acadêmico de Ciências Contábeis Bruno Caetano de Oliveira, 29 anos.

O crime aconteceu no escritório da empresa onde a vítima trabalhava, localizado na Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, no Centro.

Levado para audiência de custódia, ainda na manhã de domingo (3), Gustavo Magalhães Gonçalves foi colocado em liberdade por determinação do juiz José de Ribamar Serra, plantonista judiciário.

A imprensa não teve acesso ao conteúdo do documento no qual estão os motivos de-



Gustavo Magalhães Gonçalves vai responder em liberdade

finidos pelo magistrado para colocar o homicida em liberdade.

Em fevereiro de 2015, o

CNJ, em parceria com o Ministério da Justiça, lançou o projeto Audiência de Custódia, que consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. A ideia é que o acusado seja apresentado e entrevistado pelo juiz, em uma audiência em que serão ouvidas também as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso.

Durante a audiência, o juiz analisará a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. E assim foi feito com o acusado desse caso.

**Corregedoria
anuncia nova data
para Casamento
Comunitário de São Luís**

Pág - 5

Corregedoria anuncia nova data para Casamento Comunitário de São Luís

A Corregedoria Geral da Justiça alterou a data do Casamento Comunitário para o dia 12 de novembro. A mudança do dia da realização do evento - anteriormente marcado para 24 de setembro - se deu em função do período eleitoral, quando unidades judiciais e juízes de todo o Estado se mobilizam em função das eleições.

A solenidade, que acontece no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, no Bacanca, tem início marcado para as 15h e promete reunir 1.100 casais inscritos para cerimônia, além de convidados e de juízes da capital e de comarcas do interior que irão ajudar na celebração.

De modo a viabilizar todas as providências que antecedem a cerimônia, a Coordenadoria das Serventias Judiciais solicita dos noivos que cheguem ao local com

pelo menos uma hora de antecedência e munidos de documento de identificação com foto. Não é necessário levar testemunhas, informa a Coordenadoria.

Parceira da CGJ na iniciativa, a UFMA disponibiliza, além do local da celebração, cerca de quatro mil cadeiras para acomodar nubentes e convidados.

Atos gratuitos - Inaugurado em 1999 pela Corregedoria Geral da Justiça, o Projeto Casamento Comunitário já oficializou a união de milhares de casais em todo o Estado. Todos os atos relativos ao casamento são gratuitos.

No último evento do tipo promovido em parceria com a UFMA, no dia 23 de outubro de 2015, 1.431 casais participaram da cerimônia.

Mais informações sobre o evento podem ser obtidas no Telejudiciário: 0800-707-1581.

**Judiciário condena
ex-prefeito em
Arame por nomeação
irregular de servidores**

Pág - 3

Judiciário condena ex-prefeito em Arame por nomeação irregular de servidores

A juíza Selecina Locatelli, titular de Urbano Santos, proferiu uma sentença na qual condena Raimundo Nonato Lopes, ex-prefeito de Arame, por ter nomeado servidores de forma irregular. Ele deverá pagar uma multa de 100 (cem) vezes o valor da remuneração recebida em 2004, quando era Prefeito do Município de Arame, acrescida de correção monetária, pelo INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, contados de hoje até a data do efetivo pagamento. Além dele, Gerogina Silva Lima Ericeira, ex-Secretária de Educação à época, também foi condenada à mesma pena. A pena foi baseada nos termos da Lei de Improbidade Administrativa. Selecina está respondendo pela Comarca de Arame.

De acordo com o processo, os requeridos Raimundo Nonato Lopes de Farias e Georgina Lopes Silva Lima Ericeira, respectivamente, prefeito e secretária de educação, no período de 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, praticaram atos de improbidade, consistentes na nomeação de servidores nos certames de 1997 e 2001, em desacordo com ordem de aprovação/classificação, preterindo aprovados, infringindo os princípios da Administração Pública, quais sejam, legalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

O Ministério Público anexou diversos processos administrativos, que apuraram as nomeações de servidores na gestão de Raimundo. Por vezes, os cita-



dos deixaram de apresentar contestação. "Saneado o processo em fl. 2898, as partes postularam a produção de provas em fl. 2900/2901 (...) Decisão de fls. 2909/2911 que indeferiu as provas, por intempestividade (...) O Ministério Público em fls. 2939/2941 apresentou alegações finais e os requeridos, devidamente intimados permaneceram inertes", ressalta a decisão.

"Considerando que a Lei de Improbidade prevê prazo prescricional de 5 (cinco) anos e que o último mandato em que atuaram, os requeridos expirou em dezembro de 2004 e a presente ação foi proposta no dia 6 de novembro de 2006, resta afastada a alegação de ocorrência da prescrição", observou Selecina na decisão. E Segue, citando a Constituição Federal: "Os atos de improbidade administrativa importarão à suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

A sentença ressalta que

os documentos anexados aos autos comprovam que os requeridos, então Prefeito do Município de Arame e a Secretária de Educação nos concursos de 1997 a 2001, nomearam 44 (quarenta e quatro) pessoas em preterição à ordem de classificação dos aprovados nos concursos, além de lavrar portarias de nomeações com datas retroativas. "Soma-se a isso, que fora instaurado procedimento administrativo no âmbito da Promotoria de Justiça de Arame, através da Portaria de nº 02/2005, que trouxe a estes autos farta documentação na qual, averiguou os fatos, objeto de 44 (quarenta e quatro) processos administrativos, tudo em obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa", observou a Justiça.

E sustenta: "A conduta dos requeridos de nomear servidores, sem a observância das normas previstas nos concursos públicos realizados pela Administração Pública, nos anos de 1997 e 2001, amolda-se ao caput do art. 11 da Lei nº 8.429/92. Ademais, em nenhum momento processual, os Requeridos provaram o con-

trário, ônus que lhe competia (...). A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

Ao decidir pela condenação, a magistrada ressalta que o princípio da Impessoalidade é oriundo do princípio da Igualdade, ou seja, "a administração deve tratar todos os administrados igualmente sem discriminações nem favorecimento. Constitui uma vedação a qualquer discriminação ilícita e atentatória à dignidade das pessoas, portanto, dentro das determinações legais, deve a administração ser imparcial".

Por fim, julgou procedente o pedido, condenando os requeridos, respectivamente e individualmente, ex-Prefeito Municipal de Arame, Raimundo Nonato Lopes de Farias e a Ex-Secretária de Educação, Georgina Silva Lima Ericeira, a: Pagamento de multa civil de 100 (cem) vezes o valor da remuneração percebida pelo réus em 2004, quando era Prefeito do Município de Arame e Ex-Secretária de Educação, acrescida de correção monetária, pelo INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, contados de hoje até a data do efetivo pagamento. O valor da multa reverterá em favor do erário municipal.

TJMA implanta coleta seletiva solidária no Judiciário maranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deflagrou o processo de implantação da coleta seletiva solidária no âmbito do Judiciário e fez a primeira entrega de resíduos recicláveis, destinando 50 Kg de garrafas pet à Cooperativa de Reciclagem de São Luís, parceira da instituição no desenvolvimento do projeto, conforme o Termo de Cooperação nº09/2016, celebrado entre os dois órgãos. A iniciativa segue as normas da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de

Resíduos Sólidos, entre outras providências. Segue também as regras do Decreto 5940/06 na parte que trata da separação de resíduos recicláveis em órgãos e entidades da Administração Pública.

A primeira coleta foi feita pela Coordenadoria de Apoio Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão e contou com o trabalho de servidores efetivos e terceirizados do prédio da Corte estadual de Justiça.

A Coleta Seletiva Solidária consiste na doação de resíduos recicláveis gerados por órgãos e entidades da administração pública para cooperativas ou associações de catadores de recicláveis, como determina o Decreto Federal nº 5.940/2006.

Data do Casamento Comunitário

A Corregedoria Geral da Justiça alterou a data do Casamento Comunitário para o dia 12 de novembro. A mudança do dia da realização do evento - anteriormente marcado para 24 de setembro - se deu em função do período eleitoral, quando unidades judiciais e juízes de todo o Estado se mobilizam em função das eleições. A solenidade, que acontece no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, no Bacanga, tem início marcado para as 15h e promete reunir 1.100 casais inscritos para cerimônia, além de convidados e de juízes da capital e de comarcas do interior que irão ajudar na celebração. Mais informações sobre o evento podem ser obtidas no Telejudciário: 0800-707-1581.

Arame

Judiciário condena ex-prefeito por nomeação irregular de servidores

Divulgação

A juíza Selecina Locatelli, titular de Urbano Santos, proferiu uma sentença na qual condena Raimundo Nonato Lopes, ex-prefeito de Arame, por ter nomeado servidores de forma irregular. Ele deverá pagar uma multa de 100 vezes o valor da remuneração recebida em 2004, quando era Prefeito do Município de Arame, acrescida de correção monetária, pelo INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, contados de hoje até a data do efetivo pagamento. Além dele, Gerogina Silva Lima Ericeira, ex-secretária de Educação à época, também foi condenada à mesma pena. A pena foi baseada nos termos da Lei de Improbidade Administrativa. Selecina está respondendo pela Comarca de Arame.

De acordo com o processo, os requeridos Raimundo Nonato Lopes de Farias e Georgina Lopes Silva Lima Ericeira, respectivamente, prefeito e secretária de educação, no período de 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2004,

praticaram atos de improbidade, consistentes na nomeação de servidores nos certames de 1997 e 2001, em desacordo com ordem de aprovação/classificação, preterindo aprovados, infringindo os princípios da Administração Pública, quais sejam, legalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

O Ministério Público anexou diversos processos administrativos, que apuraram as nomeações de servidores na gestão de Raimundo. Por vezes, os citados deixaram de apresentar contestação. "Saneado o processo em fl. 2898, as partes postularam a produção de provas em fl. 2900/2901 (...). Decisão de fls. 2909/2911 que indeferiu as provas, por intempestividade (...). O Ministério Público em fls. 2939/2941 apresentou alegações finais e os requeridos, devidamente intimados permaneceram inertes", ressalta a decisão.

"Considerando que a Lei de Improbidade prevê prazo prescricional de 5 (cinco) anos

e que o último mandato em que atuaram, os requeridos expirou em dezembro de 2004 e a presente ação foi proposta no dia 6 de novembro de 2006, resta afastada a alegação de ocorrência da prescrição", observou Selecina na decisão. E segue, citando a Constituição Federal: "Os atos de improbidade administrativa importarão à suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível". A sentença ressalta que os documentos anexados aos autos comprovam que os requeridos, então Prefeito do Município de Arame e a Secretária de Educação nos concursos de 1997 a 2001, nomearam 44 (quarenta e quatro) pessoas em preterição à ordem de classificação dos aprovados nos concursos, além de lavrar portarias de nomeações com datas retroativas. "Soma-se a isso, que fora instaurado procedimento administrativo no âmbito da



Raimundo Nonato Lopes teria nomeado servidores irregularmente

Promotoria de Justiça de Arame, através da Portaria de nº 02/2005, que trouxe a estes autos farta documentação na qual, averiguou os fatos, objeto de 44 (quarenta e quatro) processos administrativos, tudo em obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa", observou a Justiça.

- Tem início nesta quarta-feira (6), às 9h, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), na Areinha, o “I Seminário de Sustentabilidade e Redução de Custos na Gestão Pública”, cujas inscrições podem ser feitas no site do Tribunal de Justiça do Maranhão.
- A iniciativa é do Grupo Eco Liga da Justiça. Durante o evento, será assinado um Termo de Cooperação Técnica entre as instituições que integram o Grupo.
- A proposta é integrar esses órgãos em relação aos temas ligados à sustentabilidade, com destaque para a racionalização e redução de custos; logística integrada de veículos; capacitação e produção científica; destinação adequada de resíduos e compras sustentáveis e compartilhadas.

Sustentabilidade (I)

Tem início nesta quarta-feira (6), às 9h, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), na Areinha, o "I Seminário de Sustentabilidade e Redução de Custos na Gestão Pública", cuja inscrições podem ser feitas no site do Tribunal de Justiça do Maranhão, no link para as inscrições.

A iniciativa é do Grupo Eco Liga da Justiça que, além do Tribunal de Justiça do Maranhão, reúne o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT/MA), Tribunal Regional Eleitoral, Justiça Federal e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Durante o evento, será assinado um Termo de Cooperação Técnica entre as instituições que integram o Grupo. A proposta é integrar esses órgãos em relação aos temas ligados à sustentabilidade, com destaque para a racionalização e redução de custos; logística integrada de veículos; capacitação e

produção científica; destinação adequada de resíduos e compras sustentáveis e compartilhadas.

Sustentabilidade (II)

Após a abertura e assinatura do Protocolo de Intenções, às 9h, a programação do seminário inclui palestra, às 9h30, sobre a "Efetividade da Resolução nº 201 do CNJ e seus Reflexos", com o conselheiro do órgão, Norberto Campelo. Às 10h45, a assessora-chefe de Gestão Socioambiental do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini, discorrerá sobre o Plano de Logística Sustentável.

O "Panorama da Gestão Socioambiental no Poder Judiciário" será outro tema tratado no seminário, às 11h40, tendo como expositor o assessor-chefe de Gestão Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ganem Amidem Neto.

- De ontem (4) até domingo (10) respondem pelos plantões criminal e cível, respectivamente, os juízes Sidney Cardoso Ramos (3ª Vara Cível) e Maria Isabel Padilha (Turma Recursal).
- O plantão, no Fórum Desembargador Sarney Costa é destinado ao atendimento de casos considerados de natureza urgente e ocorre das 18h até 6h (segunda a sexta-feira) e durante 24 horas (sábados, domingos e feriados).

Fotos/Arquivo



A ministra Nancy Andrighi encaminhou ofício à Polícia Federal e Polícia Civil pedindo apuração da fraude em denúncia contra Cleones, Flávio Dino e Humberto Coutinho, comprovada por documentos obtidos pelo JP

MINISTRA PEDE INVESTIGAÇÃO SOBRE FRAUDE EM DENÚNCIA CONTRA PRESIDENTE DO TJMA

Reclamação contra desembargador Cleones é arquivada no CNJ

A ministra Nancy Andrighi, corregedora-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinou à Polícia Federal e à Polícia Civil do Maranhão abertura de inquéritos para apurar a prática dos crimes de falsificação de documento público e particular; e falsidade ideológica na denúncia contra o presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha, protocolado no CNJ. Reportagem exclusiva do Jornal Pequeno revelou que a denúncia contra Cunha, envolvendo o governador Flávio Dino e o presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho, foi feita por uma pessoa que não existe. O TJMA anunciou o arquivamento da Reclamação protocolada por Benedita Neves.

PÁG. 3 (C1)

Ministra pede investigação sobre fraude em denúncia contra presidente do TJMA

Reclamação contra desembargador Cleones é arquivada no CNJ

A ministra Nancy Andrichi, corregedora-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou à Polícia Federal e à Polícia Civil do Maranhão, abertura de inquéritos para apurar a prática dos crimes de falsificação de documento público e particular; e falsidade ideológica na denúncia contra o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, protocolado no início do mês passado no CNJ.

Reportagem exclusiva do **Jornal Pequeno** revelou que a denúncia contra o desembargador Cleones Cunha, envolvendo o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), e o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Humberto Coutinho (PDT), foi feita por uma pessoa que não existe.

O TJMA anunciou o arquivamento da Reclamação Disciplinar nº 0002559-95.2016.2.00.0000, protocolada por Benedita Neves Santos contra o presidente do Tribunal.

Documentos obtidos com exclusividade pela reportagem do **Jornal Pequeno** revelam que tanto a carteira de identidade da pessoa que assina a representação, quanto a conta de energia elétrica apresentada como comprovante de residência não constam nos registros da Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão

e da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), como sendo de Benedita Neves Santos. Por decisão do CNJ, a ministra Nancy Andrichi determinou há duas semanas que as polícias Federal e Civil instaurem inquérito para apurar as fraudes documentais e a existência ou não da denunciante, a viúva Benedita Neves Santos, residente no município de São Bento.

Os documentos obtidos pela reportagem do JP no último domingo comprovam que na denúncia assinada por Benedita Neves Santos ao CNJ, a autora informou como sendo sua Carteira de Identidade o RG 933318598-0 SSP/MA. Entretanto, certificado técnico da Superintendência de Polícia Técnico-científica da Polícia Civil do Maranhão informa que não consta nenhum cadastro do número do RG nos sistemas, evidenciando “tratar-se de documentos falsos”.

Arquivamento - Também foram acostados dos autos certidão da Companhia Energética do Maranhão (Cemar) dizendo que o “documento juntado pela reclamante a fim de comprovar seu endereço também não espelha a realidade”. E para justificar ainda mais a sua decisão de arquivamento sumário por denúncia anônima, a ministra cita a certidão expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral



A ministra Nancy Andrichi arquivou a reclamação e mandou investigar fraude em denúncia contra Cleones, Flávio Dino e Humberto Coutinho

do Maranhão (TRE/MA), informando que Benedita Neves Santos (reclamante na inicial), filha de Eugênia Neves Santos, nascida em 08/04/1947, não está incluída no Cadastro Nacional de Eleitores. Para a ministra Nancy Andrichi, ainda que a reclamante existisse de fato e a denúncia não fosse

baseada em documentos inexistentes e não sendo mais considerada anônima, o exame da denúncia revela que não constam “elementos indiciários [provas] mínimos capazes de servir de suporte às alegações constantes da inicial”, impedindo a continuidade do trâmite do procedimento na Corregedoria Nacional de Justiça.

Fotos|Arquivo

Arquivamento

Sem consistência e com a comprovação da falsidade de documentos, a ministra Nancy Andrighi, corregedora-geral da Justiça, mandou arquivar Reclamação Disciplinar feita contra o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, envolvendo ainda o governador Flávio Dino e o presidente da Assembléia, Humberto Coutinho. Ponto final.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 43/2016
Processo nº 21.007/2016

Objeto: Registro de Preços visando aquisição de material de expediente(itens de escritório); **Abertura:** 15/07/2016 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** divcontratos@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181. São Luís/MA, 05 de julho de 2016. **Allyson Frank Gouveia Costa** - Pregoeiro TJMA.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL 01/2016 – Processo nº 21.257/2016

OBJETO: Credenciamento de pessoas físicas e Jurídicas para a prestação de serviços de tradução de textos do português para os idiomas inglês, alemão, italiano, espanhol, holandês, francês e português de Portugal, e ainda, a versão desses idiomas estrangeiros para português, conforme demanda da Justiça Estadual. **PERÍODO DE RECEBIMENTO:** 20/07/2016 à 03/08/2016 das 08h às 17h. **DIVULGAÇÃO DA LISTA:** 04/08/2016 às 10h. **Local:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **Edital disponível no site do TJMA ou através do email** divcontratos@tjma.jus.br; fone: (98) 3261-6181. São Luís/MA, 05 de julho de 2016. Wherbeth Silva Sousa – Presidente CPL-TJMA.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 44/2016
Processo nº 11.874/2016**

Objeto: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada em confecção de placas de identificação e brasões para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão; **Abertura:** 19/07/2016 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** divcontratos@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181. São Luís/MA, 05 de julho de 2016. **Allyson Frank Gouveia Costa** - Pregoeiro TJMA.